

Subsídios à contribuição patronal de exportadores rurais: análise de indicadores de monitoramento e avaliação

Tabela de indicadores



Expediente

Presidente

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Corporativa

Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências

Tamille Sales Dias

Capa e Diagramação

Equipe EvEx

Imagens

Unsplash

Autoria

Gessica Cardoso Souza

Victoria Evellyn Costa Moraes

Sousa

Luiz Cláudio Barcelos

Fernanda Borges Serpa

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para mais informações, consulte nossa página
www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-eorganizacao-de-evidencias
ou entre em contato:
evidencia.express@enap.gov.br

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público. Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:

- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no âmbito das avaliações do ciclo 2024 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal (CMAP)

Forma sugerida para referenciar este documento: SOUZA, G. C.; SOUSA, V. E. C. M.; BARCELOS, L. C.; SERPA, F. B. Subsídios à contribuição patronal de exportadores rurais: análise de indicadores de monitoramento e avaliação. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2025. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Sumário

1	Introdução	5
2	Importância dos Indicadores no Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	7
3	Definição de indicadores do Modelo Lógico: Exportação da Produção Rural	9
4	Viabilidade de cálculo dos indicadores propostos no Modelo Lógico	13
4.1	Alterações sugeridas aos indicadores	13
4.2	Desafios Identificados	19
5	Considerações Finais	21
	Referências Bibliográficas	22
	Apêndice 1	23
	Apêndice 2	25

Sumário Executivo

Introdução: Esta avaliação teve como objetivo analisar os impactos econômicos, fiscais e previdenciários da Lei nº 8.870/1994, que alterou a base de incidência da contribuição previdenciária patronal rural, e da Emenda Constitucional nº 33/2001, que conferiu imunidade tributária às receitas de exportação. Inserido no ciclo de avaliação do CMAP 2024, este estudo visa subsidiar a análise da viabilidade de monitoramento dos indicadores propostos para a política, a partir da sistematização e qualificação técnica das métricas desenvolvidas em oficinas colaborativas entre equipes técnicas da avaliação. Ao todo, foram analisados 25 indicadores, abrangendo os componentes do modelo lógico: insumos, processos, produtos, resultados e impactos.

Métodos: Para avaliar a viabilidade dos indicadores, foi adotada uma ficha padronizada de documentação, baseada nos referenciais de Bahia (2021), Jannuzzi (2012) e nos guias de Análise Ex Ante e Ex Post da Casa Civil. Essa ficha organizou informações essenciais sobre cada indicador, incluindo nome, dimensão, definição, fórmula de cálculo, fontes de dados, periodicidade, polaridade, interpretação e acesso aos dados. As informações foram complementadas com base em materiais técnicos e metadados fornecidos pelo INSS. Também foram incorporadas sugestões de ajustes conceituais, inclusão de fontes públicas de dados e criação de indicadores adicionais.

Resultados: Dos 25 indicadores inicialmente listados, 15 foram considerados viáveis para preenchimento e detalhamento. Foram identificadas sobreposições conceituais e indisponibilidade de dados que motivaram a exclusão de 10 indicadores. Foi proposta a inclusão de dois novos indicadores, com base na disponibilidade de dados. Por tanto, um total de 17 indicadores tiveram suas redações ajustadas para maior precisão técnica, dentre eles, 14 receberam propostas de modificações nos títulos e/ou fórmula de cálculo, com destaque para os desafios relacionados ao acesso aos dados administrativos da Receita Federal e do INSS.

Conclusão: A análise dos dispositivos legais demonstra que a avaliação de políticas de natureza tributária enfrenta obstáculos relevantes, como a ausência de dados públicos individualizados e a complexidade de atribuição causal entre incentivos fiscais e resultados econômicos. Os indicadores propostos enfrentam desafios técnicos de mensuração e acesso, mas representam um avanço na sistematização das variáveis-chave para o monitoramento das políticas. As contribuições desta avaliação reforçam a importância de ampliar o acesso aos dados administrativos, bem como de promover cooperação entre órgãos responsáveis pela arrecadação e pela formulação de políticas.

1. Introdução

Segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/ESALQ/USP) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o agronegócio correspondeu a 23,2% do PIB do Brasil em 2024 (1). O fomento à produção e exportação rural é um dos temas estratégicos do planejamento governamental brasileiro no quadriênio 2024-2027. Dentre os objetivos estratégicos do Plano Plurianual relacionados ao tema, destacam-se os objetivos 2.5: “Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios” e 2.11: “Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras”, no eixo de Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática (2)

Junto aos subsídios financeiros e creditícios e a aplicação direta de recursos públicos, os subsídios tributários visam apoiar o fortalecimento do setor ao reduzir os custos do produtor, fomentando essa atividade econômica. Dentre os vários instrumentos possíveis para a promoção da agroexportação brasileira, o foco da presente análise está na ação não orçamentária ¹ 011K no programa finalístico 1144 - “Agropecuária Sustentável” do planejamento supracitado. A ação prevê meta física anual de, aproximadamente, 11 bilhões de reais em subsídio tributário, ou seja, em renúncia de arrecadação, das contribuições sociais² incidentes sobre as receitas decorrentes do setor de exportações rurais - agroindústria e produtor rural pessoa jurídica (3).

A base legal para o subsídio é estabelecida pelo artigo 149, § 2º, I, da Constituição Federal, concedido pela Emenda Constitucional n.33, de 2001 (4). Essa desoneração objetiva ampliar o volume e diversidade das exportações rurais brasileiras ao conceder de vantagem competitiva dos produtos brasileiros frente ao mercado internacional, reduzindo os custos tributários. Recursos a cortes superiores e Ações Diretas de Inconstitucionalidade garantiram que a renúncia abrangesse também as exportações indiretas, ou seja, aquelas realizadas por sociedades comerciais com finalidade de exportação (5).

Esse benefício, concedido exclusivamente aos exportadores de produtos agropecuários para exportação, está inserido em um conjunto de normas sobre o recolhimento das contribuições devidas à seguridade social (dentre as contribuições sociais) que se aplica aos produtores rurais em geral.

¹As ações não orçamentárias referem-se aos recursos financeiros não constantes do Orçamento Geral da União que financiam a entrega de bens e serviços públicos que contribuem para o alcance do objetivo do programa previsto no planejamento governamental (Manual MTO, 2025)

²A Lei 8.212/1991 define as contribuições sociais como: “a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço (Vide art. 104 da lei nº 11.196, de 2005); b) as dos empregadores domésticos; c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; (Vide art. 104 da lei nº 11.196, de 2005); d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro; e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.”

Destacamos a Lei nº 8.870/1994, Art. 25, I e II, que estabelece que as alíquotas de contribuição patronal (pessoa jurídica) serão calculadas sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, e a Lei nº 13.606/2018, que permite que algumas categorias de produtores rurais optem pela forma de recolhimento mais vantajosa para o seu negócio, podendo optar pelo recolhimento das contribuições previdenciárias em folha de pagamento diretamente no sistema do eSocial da Receita Federal, junto às demais contribuições legais (6); e, ainda, a Emenda Constitucional nº 33/2001, que concedeu imunidade tributária às receitas decorrentes da exportação, retirando da base de incidência das contribuições sociais os valores auferidos com a comercialização internacional de produtos.

O subsídio à exportação rural detalhado na ação 011K está sendo avaliado no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), formado por representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Gestão e da Inovação em serviços públicos e da Controladoria-Geral da União. A avaliação contempla análises do problema motivador da política avaliada, do seu desenho e implementação, dos resultados e impactos esperados e alcançados, assim como estruturas de governança, despesas orçamentárias ou subsídios decorrentes e recomendações para aprimoramento da política.

Na etapa de análise do desenho da política, é elaborado modelo lógico com o intuito de fundamentar e revisar a lógica de ação pública no alcance dos resultados esperados, elencando um conjunto de indicadores para o acompanhamento das dimensões dessa ação. O presente trabalho, conduzido pela equipe do Evidência Express, tem como objetivo revisar os indicadores elaborados em oficinas colaborativas entre a equipe avaliadora e a equipe gestora da política, complementando as informações relacionadas à viabilidade de cálculo desses indicadores e tecendo comentários sobre seus atributos e definições. Para isso, serão recuperados referenciais teóricos relevantes à discussão e apresentada tabela-síntese com informações pertinentes ao monitoramento dos indicadores propostos no modelo lógico.

O Evidência Express é um serviço de resposta rápida em evidências disponível para órgãos públicos interessados em reunir informações para subsidiar processos de políticas públicas. O presente produto é resultado de um exercício, de natureza rápida, para complementação da atividade desempenhada pelo grupo avaliador da política.

2. Importância dos Indicadores no Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Os principais referenciais teóricos utilizados no trabalho, ligados às atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas, foram (7, 8) e os Guias Práticos de Análise Ex Ante e Análise Ex Post da Casa Civil (9, 10). Os textos apontam para a importância do esforço contínuo e sistemático de atividades de monitoramento de uma política pública, sendo essencial compreender as especificidades do monitoramento e da avaliação, bem como o papel desempenhado pelos indicadores em cada uma dessas funções.

O monitoramento se caracteriza por um exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de um processo padronizado, realizado pelo próprio órgão executor e baseado na coleta rotineira de dados para verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado e tomar decisões corretivas (9).

A avaliação, por sua vez, é uma atividade de reflexão crítica e objetiva, idealmente sistemática, integrada e institucionalizada nos processos de políticas públicas, que busca identificar oportunidades de aprimoramento da política pública, com vistas ao melhoramento de processos, resultados e da gestão, considerando aspectos como a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais stakeholders, resultados e impactos mensurados. Envolve atribuição de valor e mensuração da política (10).

Enquanto o monitoramento fornece dados essenciais para a gestão operacional, a avaliação permite a aprendizagem estratégica e o aprimoramento das decisões políticas. Ambos os processos se complementam e, quando bem integrados, fortalecem a gestão pública. No entanto, para que indicadores apoiem adequadamente essas funções, é necessário que estejam inseridos em conjuntos coerentes e balanceados, com validade de conteúdo, representação proporcional dos aspectos relevantes da política e ausência de redundâncias ou lacunas (11). Além disso, indicadores mal formulados ou mal utilizados podem induzir comportamentos disfuncionais ou interpretações equivocadas (12), motivo pelo qual o desenho de sistemas de monitoramento e avaliação deve considerar critérios técnicos, éticos e contextuais desde sua concepção.

Nessa linha, aprimorar a definição de um conjunto de indicadores é tarefa central para esse acompanhamento. Os indicadores são considerados instrumentos essenciais para subsidiar a formulação, implementação e avaliação das políticas, oferecendo uma base empírica para a tomada de decisão e permitindo ajustes na política conforme os resultados observados (8). Isso ocorre porque os indicadores representam a tradução operacional dos objetivos das políticas públicas, permitindo acompanhar de forma sistemática o progresso em relação às metas estabelecidas no modelo lógico

(9) e possibilitando que a sociedade civil e demais stakeholders acompanhem, fiscalizem e cobrem melhorias na implementação das políticas públicas, reforçando assim a confiança na gestão pública e a legitimidade democrática das ações governamentais (10).

3. Definição de indicadores do Modelo Lógico: Exportação da Produção Rural

A definição do quadro de indicadores em uma avaliação do CMAP é obtida a partir do desenho do modelo lógico, fundamentado em discussões realizadas entre as equipes avaliadoras e as equipes responsáveis pela gestão das políticas avaliadas, a fim de auxiliar a construção e análise da teoria do programa(9, 10). Esses indicadores são associados aos componentes do modelo lógico proposto – insumos, processos, produtos, resultados e impactos. Para a análise da viabilidade de cálculo desses indicadores, são também caracterizados quanto a sua dimensão funcional dentro do componente do modelo lógico, periodicidade, fonte das informações e outras informações relevantes.

Como resultado das oficinas realizadas no contexto da avaliação do subsídio tributário de não-incidência da contribuição social sobre as receitas de exportações do setor rural foram elencados **25 indicadores de 16 dimensões** como fontes de informação para o acompanhamento do programa, abaixo agrupados por componente do modelo lógico

Indicadores de Insumos são aqueles que mensuram os recursos financeiros, humanos e institucionais alocados para a execução de uma política (9). Essa categoria de indicadores reflete a disponibilidade e necessidade de insumos básicos para a execução da política (9). Para a exportação da produção rural, foram elencados **2 indicadores e 5 dimensões** de recursos necessários a execução da política. Esses indicadores são apresentados no **Quadro 1**.

Quadro 1. Indicadores de insumos propostos na oficina por dimensão

Dimensão	Indicador
Legislação e Normas	Tempo médio de atualização de normas relacionadas ao programa
Escrituração no eSocial	Percentual de produtores rurais que utilizam o eSocial para registro
Equipe Técnica da RFB	-
Bases de dados da RFB	-
Bases de dados do INSS	-
Legislação e Normas	-
Escrituração no eSocial	-

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de atividades (processos) representam as ações e serviços realizados no escopo da política. Podem conter atividades diretas, ou seja, prestadas diretamente à população, e as indiretas, aquelas que envolvem a garantia e sustentabilidade do serviço. Esse componente visa descrever as

ações encadeadas para a execução da política e estão relacionadas aos insumos descritos no componente anterior (9). Foram listados 2 indicadores de processos em uma dimensão.

Quadro 2. Indicadores de atividades/processos propostos na oficina por dimensão

Dimensão	Indicador
Opção pela forma de recolhimento da contribuição previdenciária	Percentual de produtores rurais que optam pelo recolhimento da contribuição previdenciária patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária em detrimento do recolhimento sobre a folha de pagamento.
	Percentual de produtores rurais exportadores que optaram pelo recolhimento da contribuição previdenciária patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária em detrimento do recolhimento sobre a folha de pagamento.

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de produtos estão relacionados às entregas diretas e quantificáveis das atividades listadas no componente anterior. Cada uma das atividades deve gerar, ao menos, um produto. O modelo lógico gerado em oficina propõe **2 indicadores** de produtos em uma dimensão.

Quadro 3. Indicadores de produtos propostos na oficina por dimensão

Dimensão	Indicador
Benefício Concedido	Número de empresas beneficiárias, que fizeram uso do benefício, por ano.
	Valor total das contribuições previdenciárias isentas ou reduzidas por ano.

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de resultados representam as mudanças de curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições resultantes da intervenção em análise. Por serem efeitos diretos da intervenção, devem ser observáveis, mensuráveis e pertinentes quanto à causalidade esperada (10). **Oito indicadores** foram listados em três dimensões como resultados decorrentes do benefício tributário.

Quadro 4. Indicadores de resultados propostos na oficina por dimensão

Dimensão	Indicador
Redução do custo de produção	Percentual de redução do custo de produção entre os beneficiários.
	Taxa do custo médio entre beneficiados e não beneficiados.
	Percentual de redução dos custos de produção referente à mão de obra.
Aumento da competitividade	Volume das exportações agropecuárias.
	Número de países de destino das exportações rurais.
	Participação dos beneficiários no mercado exportador total do setor agropecuário.
Maior atratividade da produção para a exportação	Taxa de crescimento do número de produtores (optantes pelo benefício) que passam a exportar.
	Percentual de beneficiários que ampliaram a produção para atender demandas externas.

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

Indicadores de impacto são as mudanças de maior prazo, relacionados às perspectivas futuras dos beneficiários da política. São as consequências geradas pelos resultados e, assim como os resultados, também dependem de respeito à cadeia causal proposta. Podem ser impactos individuais, sobre o beneficiário, ou coletivos, para toda comunidade. Os impactos do SRP foram divididos em **11 indicadores** de seis dimensões.

Quadro 5. Indicadores de impactos propostos na oficina por dimensão

Dimensão	Indicador
Aumento da produtividade	Crescimento percentual da produtividade média.
	Percentual de adoção de novas tecnologias entre os produtores beneficiados.
Fortalecimento do setor agroexportador brasileiro	Taxa de crescimento da participação do agronegócio no PIB.
	Valor total exportado pelos beneficiados no programa.
Main participation do Brasil no comércio internacional	Variação na participação percentual do Brasil no mercado mundial de commodities agrícolas.
	Ranking do Brasil entre os maiores exportadores do setor beneficiado.
Aumento da renda do produtor rural	Crescimento da renda líquida média dos produtores rurais.
	Percentual de produtores beneficiados que aumentaram seus investimentos em infraestrutura ou tecnologia.
Aumento do superávit comercial	Variação no saldo comercial agropecuário brasileiro.
	Percentual da contribuição do programa para o aumento do superávit comercial.
Maior investimento dos produtores agropecuários exportadores	Investimento do setor agropecuário exportador.

Fonte: Relatório Preliminar CMAP

4. Viabilidade de cálculo dos indicadores propostos no Modelo Lógico

O propósito deste trabalho é complementar o esforço empreendido na construção de modelo lógico, apoiando nas reflexões metodológicas e práticas para a implementação de sistemáticas de monitoramento e avaliação para a política. Para isso, recuperamos as reflexões de (7), que sugere que os indicadores são instrumentos e devem ser interpretados considerando suas finalidades e limitações. Ainda segundo (7), uma maneira de fazer isso é pela criação de uma ficha de documentação de cada indicador. Essa ficha seria composta por elementos como a descrição, fonte das informações, fórmula de cálculo e outras informações. A partir desse referencial teórico, o quadro proposto nesse produto visa reunir informações úteis à análise da viabilidade do acompanhamento dos indicadores propostos.

As informações apresentadas nos Quadros de 1 a 5 da seção anterior foram disponibilizadas pelas equipes avaliadoras, como insumo principal para o exercício proposto. Essas informações foram transportadas para o **Apêndice B**, para sua complementação com novas informações descritivas. Buscou-se, em todo o seu conjunto, padronizar a estrutura dos indicadores quanto à sua nomenclatura, definição, fórmula de cálculo, fontes de dados, periodicidade e observações metodológicas. A descrição completa dos campos propostos para a ficha documental dos indicadores apresentada neste trabalho é apresentada no **Apêndice A**.

4.1 Alterações sugeridas aos indicadores

As alterações sugeridas aos indicadores estão dispostas por componente do modelo lógico, destacando aquelas sugestões que resultaram em inclusão, exclusão ou mudança conceitual dos indicadores. As sugestões são apresentadas a partir de sua justificativa, privilegiados os aspectos práticos para a operacionalização dos indicadores. As inclusões de novos indicadores e exclusões de indicadores propostos inicialmente são apresentadas, de forma resumida, ao final desta seção, no Quadro 6. As demais alterações mencionadas nesta seção podem ser consultadas nos quadros completos, contidos no Apêndice B.

No componente de insumos, houve a sugestão de um novo indicador, uma exclusão e reposicionamento de outros dois indicadores em outros componentes do Modelo Lógico. Para o ID 1 “Tempo médio de atualização de normas relacionadas ao programa”, sugere-se a alteração da redação para **“Normas criadas ou atualizadas em determinado ano fiscal relacionadas à isenção da contribuição patronal sobre valor da produção de exportação rural”**. Isso deve-se à dificuldade de precisar o tempo recomendado de criação/alteração de uma norma em seus diversos tipos e fases. Logo, a documentação da quantidade de normas alteradas em determinado período é mais adequada para o acompanhamento do status das normas.

Sugere-se também a inclusão do indicador **“Número de PJs que optaram pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária”**. Tal indicador visa possibilitar a disponibilidade da quantidade de empresas que optaram pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização de produção agropecuária para as demais operações da política.

Sugere-se a exclusão do indicador **“Número de trabalhadores da RFB envolvidos em atividades vinculadas ao subsídio”**. Sabe-se que na dinâmica das equipes técnicas de órgãos da administração pública, comumente não há determinação específica de quais membros da equipe devem desempenhar função específica, ficando essa atribuição envolta na rotina de trabalho das equipes, que pode envolver diversas dinâmicas típicas do processo laboral, impossibilitando a mensuração de equipe dedicada à implementação da política em análise. Igualmente, sugere-se a exclusão do indicador **“Quantidade de contribuintes do setor rural”**, uma vez que se refere à base de dados do INSS. Considera-se que os dados relacionados à isenção de contribuição patronal sobre a folha de pagamento podem ser acessados pelas bases de dados da Receita Federal, prescindindo dos dados do INSS.

Possíveis indicadores relacionados à dimensão de acesso às bases de dados da Receita Federal foram deslocados do componente de insumo para o componente de resultados por indisponibilidade de dados sobre acesso a dados restritos do órgão. Em seu lugar, foram criados os indicadores 5 **“Valor total exportado pelas PJs exportadoras rurais que optaram pelo recolhimento na comercialização”** e 6 **“Gasto tributário com empresas exportadoras”**, nas dimensões de resultados e produtos, respectivamente.

No componente de Processos, não houve a criação de novos indicadores, mas sim a modificação dos nomes e a complementação das descrições e definições técnicas dos dois indicadores existentes. As alterações tiveram como objetivo qualificar a definição dos instrumentos e promover maior clareza sobre o escopo de mensuração de cada indicador, com foco específico nos dispositivos legais avaliados: Lei nº 8.870/1994 e Emenda Constitucional nº 33/2001.

Os Indicadores ID 8 e 9 tiveram proposta de alteração de sua nomenclatura para **“Percentual de produtores rurais optantes pelo regime de contribuição sobre a receita bruta”** e **“Percentual de exportadores rurais optantes pelo regime de contribuição sobre receita”**, respectivamente. As mudanças têm como objetivo conferir maior precisão conceitual ao enunciado e alinhar a terminologia à redação normativa estabelecida pela Lei nº 8.870/1994. Na descrição proposta, o primeiro indicador é definido como a proporção de produtores rurais que optam pelo recolhimento da contribuição previdenciária com base na receita bruta da comercialização da produção, em relação ao total de produtores rurais contribuintes, evidenciando de que forma o desenho da política tributária influencia o comportamento contributivo no setor rural. O segundo, objetiva mensurar a proporção de produtores rurais exportadores que optaram pelo regime contributivo instituído pela Lei nº 8.870/1994, permitindo avaliar os efeitos combinados da Lei nº 8.870/1994 e da Emenda Constitucional nº 33/2001 sobre o comportamento contributivo e a base arrecadatória da previdência no meio rural, oferecendo subsídios

para entender se produtores mais integrados ao mercado internacional tendem a adotar o regime sobre receita. As fontes de dados sugeridas são registros administrativos da Receita Federal do Brasil (eSocial). No entanto, esses dados não estão disponíveis de forma pública e desagregada, sendo seu acesso restrito e dependente de acordos institucionais com os órgãos responsáveis. Além disso, seria necessária uma integração das bases de dados da receita com as bases de dados de exportação, a nível de produtores/exportadores, o que impõe desafios técnicos e legais relacionados à proteção de dados e à integração de sistemas.

Os indicadores 10 e 11, respectivamente, **“Número de empresas beneficiárias, que fizeram uso do benefício, por ano”** e **“Valor total das contribuições previdenciárias isentas ou reduzidas por ano”** referem-se ao componente Produto. Em ambos os casos, sugere-se a exclusão uma vez que se observa sobreposição conceitual no primeiro caso com o indicador 3 de insumos – indicador novo que acompanha as empresas optantes pelo recolhimento sobre a receita, e no segundo, com o indicador 6 - gasto tributário relacionado à política.

A dimensão de resultados ocupa um papel central no modelo lógico e no sistema de monitoramento da política, por concentrar os indicadores que buscam capturar os efeitos diretos — e mais imediatos — das ações da política sobre seus públicos-alvo. Trata-se, portanto, de um grupo de indicadores estratégico para a aferição da efetividade da política e para a produção de evidências que possam subsidiar decisões de gestão, alocação de recursos e aprimoramento normativo.

Para esta dimensão, 8 (oito) indicadores foram originalmente propostos. Para três indicadores – **ID 13 (Taxa do custo médio entre beneficiados e não beneficiados)**, **ID 18 (Taxa de crescimento do número de produtores optantes pelo benefício que passam a exportar)** e **ID 19 (Percentual de beneficiários que ampliaram a produção para atender demandas externas)** – foi recomendada a *exclusão* pela inviabilidade de cálculo, pois não estão disponíveis dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta, em que a exportação é feita por meio da Empresa Comercial Exportadora/Trading Company.

Dos 5 (cinco) remanescentes, a investigação de fontes de dados empreendida identificou a viabilidade de monitoramento/construção imediato de 3 (três) – **ID 14 (Evolução do custo de mão de obra e administrador rural em relação ao custo de produção agropecuário brasileiro)**, **ID 15 (Evolução do volume exportado da produção agropecuária em relação ao produzido)** e **ID 16 (Evolução da quantidade e ranking de principais países de destinos das exportações rurais)** – casos em que foram propostos apenas ajustes na nomenclatura. Para os demais, ou não foi possível identificar fontes públicas de dados que permitissem a construção direta da métrica ou os indicadores dependem do acesso a dados individualizados e restritos, como é o caso de CNPJs de empresas beneficiadas ou condições contratuais dos subsídios. Em alguns casos, como os indicadores originais **ID 17 (Participação dos beneficiários no mercado exportador total do setor agropecuário)**, a operacionalização depende da vinculação entre dados estatísticos do comércio exterior brasileiro, da Secretaria de Comércio Exterior - ComexStat/SISCOMEX (MDIC) e classificações de outras fontes

(como IBGE ou Receita Federal), exigindo esforços de compatibilização e cruzamento de dados em nível de empresa.

Diante da dificuldade de acesso a determinados dados, em especial os de natureza fiscal, foram propostas alternativas metodológicas para contornar essas limitações.

Para o indicador **ID 12**, foi sugerida a análise da **Evolução do custo de produção agropecuário brasileiro**, calculado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para produtos e municípios selecionados e disponibilizado em sítio eletrônico: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/custos-de-producao/planilhas-de-custos-de-producao>

Para o indicador **ID 17** foi sugerido o cálculo da **Evolução da participação dos exportadores entre produtores agropecuários**, já que a participação dos beneficiários no mercado exportador total do setor agropecuário seria de difícil identificação e mensuração. A quantidade de produtores pode ser identificada pelo Censo Agropecuário (IBGE).

Dos 11 indicadores inicialmente propostos para o componente de impacto, três indicadores foram sugeridos para exclusão. A decisão foi fundamentada em critérios técnicos relacionados à inviabilidade de mensuração, à falta de dados públicos disponíveis ou à redundância em relação a outros indicadores mais abrangentes. A seguir, detalham-se os casos.

Dois dos três indicadores tiveram sugestão de exclusão por indisponibilidade de dados suficientes para a mensuração. São os indicadores **ID 23 “Valor total exportado pelos beneficiados no programa”**, que pretendia quantificar o montante exportado especificamente pelos produtores ou empresas beneficiadas pela imunidade tributária prevista, e o **ID 27 “Percentual de produtores beneficiados que aumentaram seus investimentos em infraestrutura ou tecnologia”**, que se propõe a avaliar os efeitos indiretos da imunidade tributária sobre decisões de investimento dos beneficiários. Recomendou-se por suas exclusões devido à inviabilidade prática de cálculo. Não estão disponíveis publicamente dados desagregados por CNPJ ou produtor que permitam cruzar a condição de beneficiário da EC nº 33/2001 com os volumes exportados registrados nas bases da Receita Federal ou do comércio exterior, no primeiro caso, e com os recursos destinados a investimentos em propriedades e produções rurais, no segundo caso. Dessa forma, torna-se impossível isolar a contribuição dos beneficiários das medidas pretendidas inicialmente. Ademais, o ID 27 também apresentou redundância em relação ao Indicador 21 “Percentual de adoção de novas tecnologias”, que já contempla uma abordagem mais ampla sobre investimentos no setor exportador agropecuário.

O **ID 29 “Percentual da contribuição do programa para o aumento do superávit comercial”** visava medir, de forma isolada, quanto da variação positiva no superávit comercial agropecuário poderia ser atribuída à EC nº 33/2001. No entanto, recomendou-se sua exclusão devido à impossibilidade técnica de atribuição causal direta, uma vez que não existem dados ou metodologias amplamente aceitas que permitam isolar o efeito da imunidade tributária em meio aos múltiplos fatores macroeconômicos e comerciais que influenciam o saldo da balança comercial.

Foram sugeridas modificações em outros quatro indicadores de impacto originalmente previstos no modelo lógico. No caso do Indicador **ID 20 “Crescimento percentual da produtividade média (produção/área plantada)”**, a proposta de modificação manteve o nome original com um acréscimo explicativo: “produção/área plantada”. Essa alteração teve como objetivo explicitar a definição operacional de produtividade que será adotada, vinculando-a ao conceito clássico de produção por unidade de área. Foram incluídas as fontes primárias para o cálculo (IBGE/PAM, CONAB e Censo Agropecuário) que devem ser escolhidas de acordo com a desagregação setorial e temporal que se deseja alcançar. A fórmula apresentada detalha o cálculo da produtividade e sua variação entre períodos. A interpretação esclarece que aumentos de produtividade podem estar associados à adoção de tecnologias, boas práticas e intensificação da produção, possibilitando inferências indiretas sobre efeitos da política tributária.

Ao Indicador **ID 21**, propôs-se a retirada da expressão “entre os produtores beneficiados”, tornando-o **“Percentual de adoção de novas tecnologias”**, pela inexistência de uma base pública que permita identificar diretamente os produtores exportadores rurais beneficiados. No caso do Indicador **ID 22** o nome foi alterado de “Taxa de crescimento da participação do agronegócio no PIB” para **“Taxa de crescimento da participação do agronegócio no total exportado”**. Essa modificação visa alinhar o indicador ao foco da política pública avaliada, que trata da desoneração sobre exportações agropecuárias, tornando mais pertinente o acompanhamento do desempenho relativo do setor nas vendas externas brasileiras. Por fim, no Indicador **ID 28** o nome foi levemente ajustado para **“Variação no superávit comercial agropecuário brasileiro”**, buscando maior precisão terminológica. A alteração permite que o indicador meça a diferença entre exportações e importações de produtos agropecuários, calculando sua variação absoluta ou relativa ao longo do tempo, inclusive por produto ou cadeia produtiva. A principal fonte identificada foi o sistema ComexStat (MDIC), com dados disponíveis em base mensal e anual.

Quadro 6. Indicadores com sugestão de inclusão ou exclusão por componente do modelo lógico, identificador, tipo de alteração sugerida e descrição do indicador

Componente do Modelo Lógico	ID	Indicador	Alterações Sugeridas e Descrição
Insumo	3	Número de PJs que optaram pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária	Indicador novo: mede a quantidade de empresas que optaram pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária

Componente do Modelo Lógico	ID	Indicador	Alterações Sugeridas e Descrição
	4	Número de trabalhadores da RFB envolvidos em atividades vinculadas ao subsídio	Sugestão de exclusão : a área responsável pela fiscalização trata de todos os tributos de forma integrada.
Produto	6	Gasto tributário com empresas exportadoras	Indicador novo : montante de recursos atribuídos ao gasto tributário
Insumo	7	Quantidade de contribuintes do setor rural. Valor arrecadado do setor rural	Sugestão de exclusão : os dados relacionados à isenção de contribuição patronal sobre a folha de pagamento podem ser acessados pelas bases de dados da Receita Federal, prescindindo dos dados do INSS.
Produto	10	Número de empresas beneficiárias, que fizeram uso do benefício, por ano.	Sugestão de exclusão : sobreposição conceitual com o indicador 3 de insumos (opção pelo recolhimento das empresas exportadoras rurais)
	11	Valor total das contribuições previdenciárias isentas ou reduzidas por ano.	Sugestão de exclusão : sobreposição conceitual com o indicador 6, reposicionado no componente de produto.
Resultado	13	Taxa do custo médio entre beneficiados e não beneficiados	Sugestão de exclusão : Inviabilidade de cálculo. Não disponíveis dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta.
Resultado	18	Taxa de crescimento do número de produtores (optantes pelo benefício) que passam a exportar	Sugestão de exclusão : Inviabilidade de cálculo. Não disponíveis dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta.

Componente do Modelo Lógico	ID	Indicador	Alterações Sugeridas e Descrição
Resultado	19	Percentual de beneficiários que ampliaram a produção para atender demandas externas	Sugestão de exclusão : Inviabilidade de cálculo. Não disponíveis dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta.
Impacto	23	Valor total exportado pelos beneficiados no programa	Sugestão de exclusão : Inviabilidade de cálculo. Não estão disponíveis publicamente dados individualizados (por CNPJ) sobre valor exportado, logo não há como identificar o valor exportado dos beneficiários da imunidade tributária prevista na EC nº 33/2001.
	27	Percentual de produtores beneficiados que aumentaram seus investimentos em infraestrutura ou tecnologia	Sugestão de exclusão : Não temos como isolar os produtores beneficiados e o indicador 21 contempla a mesma análise
	29	Percentual da contribuição do programa para o aumento do superavit comercial	Sugestão de exclusão : Não temos como isolar essa informação

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de relatório preliminar da Avaliação CMAP.

4.2 Desafios Identificados

Os indicadores propostos enfrentam desafios importantes relacionados, sobretudo, à disponibilidade e ao acesso aos dados necessários para sua mensuração. Vários indicadores dependem de registros administrativos de acesso restrito mantidos pela Receita Federal do Brasil (eSocial), os quais não são divulgados publicamente de forma desagregada ou sistemática. Isso limita a transparência, a replicabilidade e o uso contínuo dos indicadores por avaliadores externos ou mesmo os gestores da política de outros órgãos da administração pública. Além disso, a identificação específica de produtores optantes por diferentes regimes de contribuição requer vinculação entre dados fiscais e previdenciários (a Lei nº 13.606/2018 torna opcional que o pagamento da contribuição seja incidente sobre a folha de salários ou sobre o faturamento da produção, além de alterar a alíquota para 1,7% da receita bruta proveniente da comercialização da produção), o que impõe desafios técnicos e legais relacionados à proteção de dados e à integração de sistemas. Tais dificuldades restringem a aplicabilidade ope-

racional desses indicadores e demandam estratégias de cooperação institucional para viabilizar sua implementação em avaliações futuras.

A inexistência de dados individualizados sobre os beneficiários das políticas tributárias, como a Lei nº 8.870/1994 e a EC nº 33/2001, dificulta a construção de métricas precisas para medir seus efeitos diretos. Em muitos casos, é necessário recorrer ao uso de proxies ou dados agregados setoriais, o que compromete a atribuição causal e a especificidade dos resultados. Além disso, a mensuração de impacto exige o controle de variáveis externas e a construção de grupos de comparação válidos, o que nem sempre é factível com os dados existentes. A integração de diferentes bases de dados públicas, que variam em formato, periodicidade e granularidade, representa outro obstáculo relevante. A superação desses entraves depende da articulação entre órgãos gestores, avaliadores e instituições detentoras dos dados.

Nesse contexto, é importante destacar que a avaliação de políticas de subsídio fiscal, em particular, envolve obstáculos adicionais. Em geral, essas políticas não possuem mecanismos sistemáticos de monitoramento e identificação dos beneficiários diretos, o que dificulta o rastreamento dos efeitos esperados. Além disso, os impactos tendem a se manifestar de forma difusa e em horizontes temporais distintos, muitas vezes influenciados por fatores exógenos como oscilação de preços internacionais, mudanças tecnológicas e conjuntura macroeconômica.

5. Considerações Finais

O desenvolvimento de um sistema de monitoramento baseado em indicadores é importante para o fortalecimento da gestão pública. Os indicadores funcionam como instrumentos que traduzem os objetivos institucionais em medidas observáveis e comparáveis, permitindo o acompanhamento sistemático das ações governamentais e de seus efeitos. Além disso, os indicadores cumprem um papel central na geração de evidências para subsidiar a tomada de decisão, o controle gerencial e a transparência perante a sociedade (9).

Contudo, a presença de indicadores não garante um sistema de monitoramento eficaz (11, 8). Para que cumpram sua finalidade, é necessário que estejam organizados em um sistema de medição de desempenho coerente, balanceado e alinhado aos objetivos estratégicos da política pública em análise. Isso implica não apenas em selecionar indicadores relevantes e viáveis, mas também em documentá-los de forma estruturada, clara e acessível. Nesse sentido, o quadro proposto neste produto pretende cumprir o papel de uma ficha de documentação do indicador, sistematizando informações essenciais sobre o indicador: definição, fórmula de cálculo, fonte de dados, periodicidade, metas, responsáveis, polaridade, série histórica e segmentações possíveis, entre outros aspectos (11, 8).

Este trabalho teve como objetivo sistematizar, revisar e complementar os indicadores de monitoramento do subsídio tributário sobre as contribuições sociais conferido aos produtos rurais exportadores pela Emenda Constitucional nº33/2001, a Lei nº 8.870/1994 e outras normas relacionadas, com base nas propostas elaboradas nas oficinas colaborativas conduzidas em conjunto com a equipe técnica do Instituto pelas equipes de avaliação do CMAP. O esforço de análise buscou aprimorar a estrutura técnica dos indicadores, aprofundando a discussão sobre sua viabilidade metodológica, qualidade dos dados e aplicabilidade prática em um sistema de monitoramento. O uso da planilha estruturada, com campos adicionais como fórmula de cálculo, polaridade, periodicidade, granularidade, interpretação e observações técnicas, pretende apoiar a institucionalização do monitoramento do subsídio.

Outro aspecto relevante a ser reforçado diz respeito à disponibilidade e acesso aos dados necessários, com destaque para os indicadores das dimensões de resultados e impactos. Em boa parte dos casos, as métricas propostas dependem de dados individualizados não disponíveis publicamente, ou não obtíveis mesmo sob compromisso com sigilo, como informações fiscais vinculadas a CNPJs sobre condições específicas de incidência de contribuição social e de identificação de produção indiretamente exportada.

Nesse cenário, as sugestões metodológicas apresentadas neste trabalho buscaram, sempre que possível, identificar fontes alternativas ou públicas que viabilizassem a construção inicial dos indicadores, mesmo que por aproximações ou proxies. Entretanto, mesmo essas soluções implicam limitações: em geral, referem-se a recortes parciais ou mais gerais do que o abrangido pelas políticas que se pretende analisar e podem carecer de granularidade para capturar nuances relevantes dos resultados e impactos esperados, além da dificuldade de distinção dos efeitos causados por outras intervenções similares e que contém interseção de público, propósito e/ou de período. A adoção dessas alternativas deve, portanto, ser compreendida como parte de uma estratégia incremental de construção de evidências, e não como substituição definitiva das fontes ideais.

Devido à natureza rápida do estudo, recomenda-se discrição na leitura e interpretação dos achados. Visto que o produto não comportou análises profundas das características específicas das bases de dados incluídas, as sugestões seguem as informações disponíveis nos dicionários de dados, metadados e outros documentos de disseminação.

Ainda, o rol de indicadores sugeridos não visou ser exaustivo. Logo, novos estudos podem ser realizados para a sua complementação, adicionando dimensões ou indicadores para a melhor apreensão dos fenômenos de interesse, como por exemplo as sugeridas na literatura especializada e outras fontes de informação possíveis. Da mesma forma, alguns indicadores elaborados no exercício colaborativo e que foram sugeridos para exclusão no presente relatório, podem ser reavaliados se forem concebidas alternativas para sua disponibilização no futuro, sendo necessário pactuação com os órgãos responsáveis.

Referências Bibliográficas

- 1 (CEPEA/ESALQ/USP), C. de Estudos Avançados em E. A.; (CNA), C. da Agricultura e Pecuária do B. *Relatório do PIB do Agronegócio*. [S.l.], 2025. Acesso em: 05 maio 2025. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/CT-PIB-AGRO_08.ABR.25-1.pdf>. Citado na página 5.
- 2 ORÇAMENTO, B. M. do Planejamento e. *Anexo III: Programas finalísticos do Plano Plurianual 2024–2027*. [S.l.], 2024. Acesso em: 06 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy_of_arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/anexo-iii-programas-finalisticos.pdf>. Citado na página 5.
- 3 ORÇAMENTO, B. M. do Planejamento e. *Relatório de Atributos do Plano Plurianual 2024–2027*. [S.l.], 2024. Acesso em: 06 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy_of_arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/relatorio-de-atributos-ppa-2024-2027-04-04-24.pdf>. Citado na página 5.
- 4 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Acesso em: 16 jun. 2025. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Citado na página 5.
- 5 OLIVEIRA, A. C. B. d.; BENVEGNU, G. B. Análise da imunidade das receitas de exportação à contribuição ao senar sob o viés do princípio da tributação no destino. *Revista Direito Tributário Atual*, n. 57, p. 54–73, 2024. Acesso em: 06 jun. 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.46801/2595-6280.57.2.2024.2421>>. Citado na página 5.
- 6 ECONOMIA, B. M. do Trabalho e Previdência e Ministério da. *eSocial: Nota Orientativa S-1.0. 2021.05 - Orientações sobre a prestação de informações no eSocial pelos contribuintes com atividades rurais*. 2021. Versão atualizada em 06/08/2021. Acesso em: 5 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/nota-orientativa-s-1-0-05-2021_revisada-em-06-08-2021_com-conceito-de-segurado-especial.pdf>. Citado na página 6.
- 7 BAHIA, L. O. *Guia referencial para construção e análise de indicadores*. Enap, 2021. E-book, 43 p. Acesso em: 20 mar. 2025. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6154>>. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 13.
- 8 JANNUZZI, P. M. *Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas*. 2012. Texto didático, 9 p. Acesso em: 25 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>>. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 21.
- 9 BRASIL. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante*. [S.l.], 2018. v. 1. 192 p. Acesso em: 20 mar. 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>>. Citado 5 vezes nas páginas 7, 8, 9, 10 e 21.

- 10 BRASIL. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post*. [S.l.], 2018. v. 2. 301 p. Acesso em: 20 mar. 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>>. Citado 4 vezes nas páginas 7, 8, 9 e 10.
- 11 SCHANG, L.; BLOTENBERG, I.; BOYWITT, D. What makes a good quality indicator set? a systematic review of criteria. *International Journal for Quality in Health Care*, v. 33, n. 3, 2021. Acesso em: 25 mar. 2025. Disponível em: <<https://academic.oup.com/intqhc/article/33/3/mzab107/6324323?login=true>>. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 21.
- 12 BIRD, S. et al. Performance indicators: Good, bad, and ugly. *Journal of the Royal Statistical Society Series A: Statistics in Society*, v. 168, n. 1, p. 1–27, 2005. Acesso em: 25 mar. 2025. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrssa/article/168/1/1/7084133?login=true>>. Citado na página 7.

Apêndice 1

Apêndice 1. Descrição dos elementos da ficha catalográfica proposta

Elemento da Ficha Documental	Detalhamento
Componente do Modelo Lógico	Campo utilizado para classificação do indicador em relação a sua alocação nos componentes do modelo lógico da política.
Dimensão	Campo utilizado para indicar a dimensão ou fenômeno que o indicador busca mensurar. Relaciona-se ao componente do modelo lógico da política.
Redação do Indicador	Nome dado ao indicador.
Alterações Sugeridas	Campo utilizado para mapear as alterações sugeridas pela Equipe do Evidência Express na investigação sobre a viabilidade de mensuração do indicador a partir do material elaborado pelas equipes avaliadora e gestora do programa nas oficinas de definição do modelo lógico da política.
Descrição	Campo utilizado para descrever o objetivo do indicador e eventuais pontos de atenção a serem considerados em sua interpretação.
Fonte de Dados	Campo utilizado para indicar a fonte ou origem de dados sugerida para requisição ou coleta de dados para o cálculo do indicador.
Periodicidade de Apuração	Campo utilizado para descrever a frequência sugerida de apuração do indicador.
Polaridade	Campo utilizado para indicar o sentido esperado da variação do indicador. Dividido em: “quanto maior, melhor”, “quanto maior, pior” e “não se aplica” (utilizado quando o indicador não possui uma polaridade definida).

Elemento da Ficha Documental	Detalhamento
Fórmula de Cálculo	Campo utilizado para descrever a forma de cálculo sugerida do indicador.
Interpretação do Indicador	Campo utilizado para orientar a interpretação do resultado calculado do indicador.
Acesso aos Dados	Campo utilizado para apontar a facilidade de acesso aos dados necessários à verificação do indicador. Divide-se em: “Livre Acesso” - quando os dados de medição são públicos; “Interno” - quando os dados são originados de sistemas ou processos internos da organização gestora da política; e “Limitada/Restrita” – quando há barreiras ou restrições de acesso aos dados para mensuração (ex: sistemas externos de acesso controlado ou necessidade de certificação ou habilitação para realizar esse acesso).
Situação de Disponibilidade dos Dados	Campo utilizado para registrar quais os procedimentos necessários para acesso às bases de dados ou para cálculo dos indicadores. Neste campo serão registradas a necessidade de articulação para acesso a dados restritos ou procedimentos técnicos de qualificação dos dados.
Comparabilidade	Campo utilizado para registrar sugestões de segmentações, recortes e comparações para o acompanhamento do indicador, decomposição de seu resultado ou realização de comparações de interesse.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Bahia (2021).

Apêndice 2

Quadro 1: Lista de indicadores propostos por componente do modelo lógico, dimensão, ID, indicador original, nome modificado

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Insumos					
Legislação e Normas	1	Tempo médio de atualização de normas relacionadas ao programa	Normas criadas ou atualizadas em determinado ano fiscal relacionadas à isenção da contribuição patronal sobre valor da produção de exportação rural	Mudança de foco: Alterar cálculo de tempo médio de atualização por número de normas atualizadas	Mede a quantidade de normas relacionadas a políticas de isenção em exportações rurais atualizadas no ano fiscal, considerando emendas constitucionais, leis e demais normas infralegais e tributárias.
Escrituração no eSocial	2	Percentual de produtores rurais que utilizam o eSocial para registro	Número de PJs que se identificaram como empresas exportadoras rurais no eSocial	-	Mede a quantidade de empresas que informam atividade econômica relacionada à exportação de produtos rurais.
Escrituração no eSocial	3	-	Número de PJs que optaram pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária	Indicador novo	Mede a quantidade de empresas que optaram pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Equipe Técnica da RFB	4	-	Número de trabalhadores da RFB envolvidos em atividades vinculadas ao subsídio	Sugestão de exclusão : a área responsável pela fiscalização trata de todos os tributos de forma integrada.	-
Bases de dados do INSS	7	Quantidade de contribuintes do setor rural Valor arrecadado do setor rural	-	Sugestão de exclusão : os dados relacionados à isenção de contribuição patronal sobre a folha de pagamento podem ser acessados pelas bases de dados da Receita Federal, prescindindo dos dados do INSS.	-
PROCESSOS					
Opção pela forma de recolhimento da contribuição previdenciária	8	Percentual de produtores rurais que optam pelo recolhimento da contribuição previdenciária patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária em detrimento do recolhimento sobre a folha de pagamento.	Percentual de produtores rurais optantes pelo regime de contribuição sobre a receita bruta	Nome	Este indicador mede a proporção de produtores rurais que optaram por recolher a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta da comercialização da produção agropecuária, em vez da folha de pagamento. O objetivo é avaliar a adesão ao regime alternativo criado pela Lei nº 8.870/1994 e entender como o desenho da política influenciou o comportamento contributivo no setor rural.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
----------	----	--------------------	-----------------	----------------------	-----------

Opção pela forma de recolhimento da contribuição previdenciária	9	Percentual de produtores rurais exportadores que optaram pelo recolhimento da contribuição previdenciária patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária em detrimento do recolhimento sobre a folha de pagamento.	Percentual de exportadores rurais optantes pelo regime de contribuição sobre receita	Nome	Mede a proporção de produtores rurais que exportam e que aderiram ao regime contributivo da Lei nº 8.870/1994, o qual substituiu a incidência da contribuição sobre a folha de pagamento pela incidência sobre a receita da comercialização. Permite avaliar o efeito combinado da Lei nº 8.870/1994 e da EC nº 33/2001 sobre o comportamento contributivo e a base arrecadatória da previdência rural. Permite avaliar se produtores mais integrados ao mercado internacional adotam o regime sobre receita.
---	---	--	--	------	---

PRODUTOS					
Bases de dados da RFB	6	-	Gasto tributário com empresas exportadoras	Indicador novo	Montante de recursos atribuídos ao gasto tributário
	10	Número de empresas beneficiárias, que fizeram uso do benefício, por ano.	-	Sugestão de exclusão : sobreposição conceitual com o indicador 9 de processos (opção pelo recolhimento das empresas exportadoras rurais)	-
	11	Valor total das contribuições previdenciárias isentas ou reduzidas por ano.	-	Sugestão de exclusão : sobreposição conceitual com o indicador 6, reposicionado no componente de produto.	-

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
RESULTADOS					
Bases de dados da RFB	5	-	Valor total exportado pelas PJs exportadoras rurais que optaram pelo recolhimento na comercialização	Alteração da dimensão: indicador deslocado de insumo para resultados por auferir os valores totais exportados pelas empresas	Montante monetário das empresas que se intitulam produtores rurais e agroindústria no eSocial optantes pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária.
Redução do custo de produção	12	Percentual de redução do custo de produção entre os beneficiários	Evolução do custo de produção agropecuário brasileiro	Ajuste do nome. Excluir "beneficiários", pois não é possível distinguir.	Mede a variação percentual do custo total da produção agropecuária ao longo do tempo. Pode captar efeitos de políticas de desoneração sobre o custo da produção e exportação, mas não é possível separar de outros fatores que também podem ter influenciado. O objetivo é identificar houve redução do custo de produção no período
Redução do custo de produção	13	Taxa do custo médio entre beneficiados e não beneficiados	-	Sugestão de exclusão : Inviabilidade de cálculo. Não disponíveis dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta.	-
Redução do custo de produção	14	Percentual de redução dos custos de produção referente a mão de obra	Evolução do custo de mão de obra e administrador rural em relação ao custo de produção agropecuário brasileiro	-	Mede a variação percentual do custo de mão de obra no custo total da produção agropecuária ao longo do tempo. Pode captar efeitos de políticas de desoneração sobre o custo da produção e exportação, mas não é possível separar de outros fatores que também podem ter influenciado. O objetivo é identificar a desoneração do benefício previdenciário da produção rural é perceptível em relação ao custo total.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Aumento da competitividade	15	Volume das exportações agropecuárias	Evolução do volume/valor exportado da produção agropecuária em relação ao produzido	-	Mede a variação percentual da produção agropecuária destinada à exportação ao longo do tempo. Avalia o peso relativo da exportação no setor. Pode captar efeitos de políticas de desoneração sobre o custo da produção e exportação, mas não é possível separar de outros fatores que também podem ter influenciado. O objetivo é identificar relação entre a desoneração das exportações e um incentivo ao direcionamento das culturas ao mercado externo.
Aumento da competitividade	16	Número de países de destino das exportações rurais	Evolução da quantidade de países de destinos das exportações rurais?	-	Localiza a demanda por exportação da produção rural brasileira, para obter um panorama sobre os principais parceiros comerciais.
Aumento da competitividade	17	Participação dos beneficiários no mercado exportador total do setor agropecuário	Evolução dos exportadores entre produtores agropecuários	Ajuste do nome e cálculo. Excluir "beneficiários" pois não é possível distinguir. Não estão disponíveis publicamente dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta.	Mede a variação percentual de produtores agrícolas que destinaram produção à exportação ao longo do tempo. Avalia o peso relativo dos exportadores entre produtores rurais. Pode captar efeitos de políticas de desoneração sobre o custo da produção e exportação, mas não é possível separar de outros fatores que também podem ter influenciado e a impossibilidade de identificar exportadores indiretos pode subestimar o percentual. O objetivo é identificar relação entre a desoneração das exportações e um incentivo ao direcionamento das culturas ao mercado externo.
Maior atratividade da produção para a exportação	18	Taxa de crescimento do número de produtores (optantes pelo benefício) que passam a exportar	-	Sugestão de exclusão : Inviabilidade de cálculo. Não disponíveis dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta.	-

Fonte: elaboração própria com base nas discussões documentadas de oficinas, materiais compartilhados, metadados e dicionários de dados das bases de dados listadas.

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Maior atratividade da produção para a exportação	19	Percentual de beneficiários que ampliaram a produção para atender demandas externas	-	Sugestão de exclusão : Inviabilidade de cálculo. Não disponíveis dados individualizados (por CNPJ) sobre beneficiados e não é possível rastrear os produtores da exportação indireta.	-
IMPACTOS					
Produtividade	20	Crescimento percentual da produtividade média	Crescimento percentual da produtividade média (produção/área plantada)	-	Mede a variação percentual da produtividade agrícola ao longo do tempo, considerando a relação entre o volume produzido e a área plantada. Esse indicador permite acompanhar se os produtores estão conseguindo aumentar a produção sem expandir a área cultivada, o que pode refletir adoção de tecnologias, melhor uso de insumos ou condições de mercado mais favoráveis. Séries históricas podem ser usadas para comparar a produtividade antes e depois da adoção de políticas como a EC nº 33/2001. A desoneração das exportações pode ter incentivado ganhos de produtividade nas culturas voltadas ao mercado externo, como soja, milho, café e algodão.
Produtividade	21	Percentual de adoção de novas tecnologias entre os produtores beneficiados	Percentual de adoção de novas tecnologias	Excluir "produtores beneficiados", pois não existe esse controle	Mede a proporção de produtores rurais que adotam pelo menos uma tecnologia produtiva considerada moderna, como mecanização, sementes geneticamente melhoradas, fertirrigação, práticas sustentáveis, integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), agricultura de precisão, entre outras. O objetivo é avaliar a modernização e o nível de inovação tecnológica no setor rural, especialmente após incentivos econômicos e tributários que podem ter criado melhores condições para o investimento em tecnologia. Indicador útil para avaliar impactos indiretos da EC nº 33/2001, que ao aumentar a rentabilidade das exportações, pode estimular o reinvestimento dos produtores em tecnologia.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Fortalecimento do setor agroexportador brasileiro	22	Taxa de crescimento da participação do agronegócio no PIB.	Taxa de crescimento da participação do agronegócio no total exportado	Fazer a análise sobre a exportação e não sobre o PIB	Mede a variação da proporção que o agronegócio representa no total das exportações brasileiras ao longo do tempo. Avalia o peso relativo do setor nas vendas externas e sua evolução, podendo captar efeitos de políticas de desoneração sobre a competitividade e expansão do setor exportador. O objetivo é identificar se o agronegócio está ampliando sua participação no comércio exterior brasileiro, o que pode ser consequência de políticas fiscais como a imunidade tributária às exportações (EC nº 33/2001).
Fortalecimento do setor agroexportador brasileiro	23	Valor total exportado pelos beneficiados no programa	-	Sugestão de exclusão: Inviabilidade de cálculo. Não estão disponíveis publicamente dados individualizados (por CNPJ) sobre valor exportado, logo não há como identificar o valor exportado dos beneficiários da imunidade tributária prevista na EC nº 33/2001.	-
Maior Participação do Brasil no comércio internacional	24	Variação na participação percentual do Brasil no Mercado mundial de commodities agrícolas	-	-	Este indicador mede quanto a participação do Brasil nas exportações mundiais de produtos agropecuários aumentou ou diminuiu em determinado período. Serve para avaliar o desempenho relativo do país no comércio internacional do setor agro. O objetivo é avaliar se, após a implementação de políticas de desoneração sobre exportações, o Brasil ganhou ou perdeu espaço no mercado mundial de produtos agropecuários. Um aumento na participação pode indicar maior competitividade e aproveitamento das vantagens comparativas no setor. Permite verificar indiretamente se a imunidade tributária da EC nº 33/2001 estimulou as exportações a ponto de aumentar a parcela do Brasil no mercado global.

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Maior Participação do Brasil no comércio internacional	25	Ranking do Brasil entre os maiores exportadores do setor beneficiado	-	-	Refere-se à colocação do Brasil no ranking global de países exportadores de produtos agropecuários em determinado ano, com base no valor total exportado. O ranking é geralmente calculado anualmente por organismos internacionais e reflete o desempenho relativo de cada país no comércio internacional do setor. O objetivo é capturar a posição relativa do Brasil no mercado global de exportações agropecuárias. Esse indicador é útil para avaliar se políticas de incentivo às exportações, como a EC nº 33/2001, contribuíram para fortalecer a competitividade do agronegócio brasileiro frente a outros grandes exportadores. A posição no ranking pode ser influenciada por fatores externos (ex: câmbio, acordos comerciais, crises sanitárias), por isso, deve ser interpretada com cautela.
Aumento da renda do produtor rural	26	Crescimento da renda líquida média dos produtores rurais	-	-	Mede a variação, ao longo do tempo, da renda líquida média dos produtores rurais. Reflete a diferença entre a receita total obtida com a produção agropecuária e os custos operacionais e tributários, podendo indicar se políticas públicas resultaram em melhoria na lucratividade do setor rural. O objetivo é avaliar indiretamente se a substituição da base de cálculo da contribuição patronal da folha para a receita (Lei nº 8.870/1994), contribuiu para o aumento da renda líquida dos produtores. Alternativamente, pode-se usar dados de renda familiar agropecuária, se desagregados, para análise por perfil de produtor (familiar, patronal, pequeno, grande).
Aumento da renda do produtor rural	27	Percentual de produtores beneficiados que aumentaram seus investimentos em infraestrutura ou tecnologia		Sugestão de exclusão: Não temos como isolar os produtores beneficiados e o indicador 21 contempla a mesma análise	

Continuação

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas	Descrição
Aumento do superávit Comercial	28	Variação no saldo comercial agropecuário brasileiro	Variação no superávit comercial agropecuário brasileiro	Ajuste do nome. Recomenda-se analisar a variação do superávit desagregada por produto ou cadeia produtiva (ex: soja, carnes, açúcar).	O superávit comercial agropecuário corresponde à diferença entre o valor das exportações e das importações de produtos agropecuários em determinado período. A variação do superávit ao longo do tempo pode indicar mudanças na competitividade e desempenho externo do setor, influenciadas por políticas tributárias, variações cambiais, preços internacionais, entre outros fatores. O objetivo é avaliar se políticas de estímulo às exportações, como a EC nº 33/2001, resultaram em ganhos líquidos no comércio exterior agropecuário. Um aumento no superávit pode estar associado ao fortalecimento da capacidade exportadora e redução da dependência de importações do setor.
Aumento do superávit Comercial	29	Percentual da contribuição do programa para o aumento do superavit comercial	-	Sugestão de exclusão: Não temos como isolar essa informação	-
Maior investimento dos produtores agropecuários exportadores	30	Investimento do setor agropecuário exportador	-	-	Este indicador mede o volume de recursos aplicados em ativos fixos, infraestrutura, tecnologias e expansão da capacidade produtiva no setor agropecuário com perfil exportador. Reflete o nível de formação bruta de capital fixo (FBCF) mobilizado por produtores e empresas que atuam no mercado externo, sendo um sinal da intenção de crescimento, modernização e competitividade internacional. Seu objetivo é captar como as condições tributárias (como isenção ou desoneração) afetam a disposição do setor em investir em bens de capital. É útil para avaliar impactos indiretos da EC nº 33/2001 sobre o comportamento de investimento.

Continuação

Quadro 2: Continuação. Indicadores propostos por fontes de dados, periodicidade de apuração, polaridade, fórmula de cálculo, comentários para a interpretação do indicador e critérios de comparabilidade oferecidos pelas fontes.

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
INSUMOS									
1	Normas criadas / atualizadas em determinado ano fiscal relacionadas à isenção da contribuição patronal sobre valor da produção de exportação rural	Diário Oficial da União / Ministério da Fazenda / RFB	Dados abertos / Disponíveis	Anual	Positiva	Temporal	Número de normas criadas ou atualizadas no ano fiscal	A atualização de normas indica adaptação às novas situações no panorama econômico ou aperfeiçoamento das normativas a fim de evitar insegurança jurídica.	Disponível
2	Número de PJs que se identificaram como empresas exportadoras rurais no eSocial	eSocial (RFB) /Ministério da Fazenda	Limitada/Restrita	Anual	Positiva	Temporal Regional Setorial	Número de PJ exportadoras rurais	Estima o número de PJ dedicadas à exportação, embora não reflita necessariamente o volume de negócio.	A fonte de dados utiliza informações pessoais que não são disponíveis ao público, exigindo articulação para viabilizar o cálculo.

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
3	Número de PJs que optaram pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a receita da comercialização da produção agropecuária	eSocial (RFB) /Ministério da Fazenda	Limitada/Restrita	Anual	Não se aplica	Temporal Regional Setorial	Número de PJ exportadoras rurais que optam pelo recolhimento da contribuição patronal sobre a comercialização da produção rural	Estima o número de empresas beneficiadas pela política. A isenção aplicada aos produtores rurais independe da opção pelo recolhimento em folha de pagamento ou sobre a comercialização da produção.	A fonte de dados utiliza informações pessoais que não são disponíveis ao público, exigindo articulação para viabilizar o cálculo.
4	Número de trabalhadores da RFB envolvidos em atividades vinculadas ao subsídio								
5	Valor total exportado pelas PJs exportadoras rurais que optaram pelo recolhimento na comercialização	eSocial (RFB) /Ministério da Fazenda	Limitada/Restrita	Anual	Positiva	Temporal Regional Setorial	Soma do valor das operações das empresas do setor	Mede o montante total das empresas exportadoras do setor, beneficiárias da política. Quanto maior o volume de exportações realizadas por essas empresas, melhor a capacidade da política de fomentar a exportação rural.	A fonte de dados utiliza informações pessoais que não são disponíveis ao público, exigindo articulação para viabilizar o cálculo.
7	Quantidade de contribuintes do setor rural Valor arrecadado do setor rural								

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
PROCESSOS									
8	Percentual de produtores rurais optantes pelo regime de contribuição sobre a receita bruta	Receita Federal do Brasil (dados administrativos – DCTF/SEFIP) e INSS (via GPS ou GFIP). Dados não são públicos diretamente. A Receita Federal e o INSS possuem esses dados administrativos, mas não os divulgam.	Limitada/Restrita		Neutra (dependente do objetivo da análise)	Temporal regional setorial	Indicador = (Número de produtores que optaram pela receita bruta/Total de produtores sujeito a contribuição previdenciária patronal) x 100	Um percentual elevado indica maior aceitação do regime sobre a receita, possivelmente por ser mais vantajoso financeiramente ou mais simples de operacionalizar. Um percentual baixo pode indicar: preferência pela folha de pagamento (ex: grandes empregadores); desconhecimento da opção; características produtivas desfavoráveis ao modelo da receita.	

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
9	Percentual de exportadores rurais optantes pelo regime de contribuição sobre receita	Receita Federal do Brasil (dados administrativos – DCTF/SEFIP) e INSS (via GPS ou GFIP). Dados não são públicos diretamente. A Receita Federal e o INSS possuem esses dados administrativos, mas não os divulgam. Não há base pública que identifique simultaneamente a condição de exportador e a opção contributiva.	Limitada/Restrita		Neutra (dependente do objetivo da análise)	Temporal regional setorial	Indicador = (Número de produtores exportadores que recolhem sobre a receita/Total de produtores exportadores sujeito a contribuição previdenciária patronal) x 100	Percentual elevado: Sugere que o regime sobre receita é considerado mais vantajoso entre exportadores, o que pode amplificar os efeitos da imunidade da EC nº 33/2001. Mudanças ao longo do tempo podem refletir respostas a alterações na política fiscal, no mercado ou na fiscalização.	
PRODUTOS									
6	Gasto tributário com empresas exportadoras	Ministério da Fazenda, RFB	Alta	Anual	Não se aplica	Temporal	Valor exportado pelas empresas listadas x alíquota da agroindústria	Mede o montante de recursos atribuídos ao gasto tributário	A fonte de dados utiliza informações pessoais que não são disponíveis ao público, exigindo articulação para viabilizar o cálculo.

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
10	Número de empresas beneficiárias, que fizeram uso do benefício, por ano.								
11	Valor total das contribuições previdenciárias isentas ou reduzidas por ano.								
RESULTADOS									
5	Valor total exportado pelas PJs exportadoras rurais que optaram pelo recolhimento na comercialização	eSocial (RFB) /Ministério da Fazenda	Limitada/Restrita	Anual	Positiva	Temporal Regional Setorial	Soma do valor das operações das empresas do setor	Mede o montante total das empresas exportadoras do setor, beneficiárias da política. Quanto maior o volume de exportações realizadas por essas empresas, melhor a capacidade da política de fomentar a exportação rural.	A fonte de dados utiliza informações pessoais que não são disponíveis ao público, exigindo articulação para viabilizar o cálculo.
12	Evolução do custo de produção agropecuário brasileiro	Conab	Dados abertos/Disponíveis	Anual	Negativa	Temporal, geográfico (Município)	Cálculo realizado pela CONAB e disponibilizado em site eletrônico: https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/custos-de-producao/planilhas-de-custos-de-producao	Custos maiores de produção podem resultar em perda de competitividade dos produtos brasileiros em mercado internacional.	Disponível

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
13	Taxa do custo médio entre beneficiados e não beneficiados								Não disponível
14	Evolução do custo de mão de obra e administrador rural em relação ao custo de produção agropecuário brasileiro	Conab	Dados abertos/Disponíveis	Anual	Negativa	Temporal, geográfico (Município)	$\text{Participação} = (\text{Custo com "mão de obra e adm. rural"} / \text{Custo total de produção do setor}) \times 100$ $\text{Variação percentual} = ((\text{Ano } t - \text{Ano Base}) / \text{Ano Base}) \times 100$	Redução do custo: sugere ganho de competitividade e possível resposta positiva à política de desoneração.	Disponível
15	Evolução do volume/valor exportado da produção agropecuária em relação ao produzido	PAM; Censo Agropecuário (IBGE); ComexStat (MDIC) – base oficial de dados de comércio exterior brasileiro, com detalhamento por setor e produto.	Dados abertos/Disponíveis	Decenal, anual ou mensal	Positiva	Temporal regional setorial	$\text{Participação} = (\text{Volume exportado} / \text{Volume produzido}) \times 100$ $\text{Variação percentual} = ((\text{Ano } t - \text{Ano Base}) / \text{Ano Base}) \times 100$	Aumento do volume exportado: sugere ganho de competitividade e possível resposta positiva à política de desoneração.	Disponível
16	Evolução da quantidade de países de destinos das exportações rurais?	ComexStat (MDIC) – base oficial de dados de comércio exterior brasileiro, com detalhamento por setor e produto.	Dados abertos/Disponíveis	Anual, trimestral ou mensal	Positiva	Temporal, regional, por setor e tipo de produtos	Contagem do número de países de destino por ano e ordenação de principais, de acordo com critérios pertinentes	Uma maior distribuição da demanda externa pode indicar maior competitividade do país e redução de riscos. Análises podem ser feitas em relação às características dos produtos e destinos.	Disponível

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
17	Evolução dos exportadores entre produtores agropecuários	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC Censo Agropecuário (IBGE)	Dados abertos/ Disponíveis	Anual, trimestral ou mensal	Positiva	Temporal	Participação = (Exportadores rurais/produtores rurais) x 100 Variação percentual = ((Ano t - Ano Base) / Ano Base) x 100	Aumento de exportadores: sugere ganho de competitividade e possível resposta positiva à política de desoneração.	O último censo agropecuário realizado foi em 2017. Os dados de produtores rurais no Brasil podem estar desatualizados.
18	Taxa de crescimento do número de produtores (optantes pelo benefício) que passam a exportar								Não disponível
19	Percentual de beneficiários que ampliaram a produção para atender demandas externas								Não disponível
IMPACTOS									

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
20	Crescimento percentual da produtividade média (produção/área plantada)	IBGE (PAM), CONAB, Censo Agropecuário	Dados abertos/ Disponíveis	Anual	Positiva	Temporal regional setorial	$\text{Produtividade} = \frac{\text{Produção}}{\text{área plantada}}$ $\text{Crescimento da Produtividade} = \left(\frac{\text{Produtividade Ano Atual} - \text{Produtividade Ano Base}}{\text{Produtividade Ano Base}} \right) \times 100$	Valores positivos indicam aumento da produtividade, sugerindo maior eficiência produtiva. Valores negativos apontam queda na produtividade, o que pode ser consequência de condições climáticas adversas, menor uso de tecnologia ou problemas de mercado.	Disponível
21	Percentual de adoção de novas tecnologias	IBGE – Censo Agropecuário (dados decenais)	Dados abertos/ Disponíveis	Decenal	Positiva	Temporal regional setorial	$\text{Percentual de adoção} = \left(\frac{\text{número de produtores que adotaram novas tecnologias}}{\text{número total de produtores}} \right) \times 100$	Valores mais altos indicam maior modernização e potencial de ganho de produtividade, redução de custos e sustentabilidade. Crescimentos após a implementação de uma política indicam um possível efeito positivo indireto do incentivo.	O último censo agropecuário realizado foi em 2017. Os dados de produtores rurais no Brasil podem estar desatualizados.
22	Taxa de crescimento da participação do agronegócio no total exportado	ComexStat (MDIC) – Dados de exportações por setor e produto MAPA – Classificação e agregação de exportações do agronegócio	Dados abertos/ Disponíveis	Anual	Positiva	Temporal regional setorial	$\text{Participação do agro no total exportado} = \left(\frac{\text{Exportação do agro}}{\text{Exportação total}} \right) \times 100$ $\text{Taxa de crescimento anual} = \left(\frac{\text{Ano Atual} - \text{Ano Base}}{\text{Ano Base}} \right) \times 100$	Um aumento da participação do agronegócio pode indicar maior competitividade, produtividade ou incentivo à produção/exportação. Estagnação ou queda pode sinalizar perda de competitividade relativa frente a outros setores ou a ausência de estímulos eficazes.	Disponível

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparab ilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
23	Valor total exportado pelos beneficiados no programa								Não disponível
24	Variação na participação percentual do Brasil no Mercado mundial de commodities agrícolas	ComexStat (MDIC) – Dados de exportações por setor e produto MAPA – Classificação e agregação de exportações do agronegócio Exportações agropecuárias mundiais: UN Comtrade Database (ONU) FAOSTAT (FAO) – para produtos agropecuários OMC – para dados agregados por setor	Dados abertos/ Disponíveis	Anual	Positiva	Temporal regional setorial	Participação do Brasil = (Exportação agro do Brasil/Exportação agro Mundial) x 100 Variação percentual = ((Ano t -Ano Base) /Ano Base) x 100	Aumento da participação: sugere ganho de competitividade e possível resposta positiva à política de desoneração. Estagnação ou queda: pode indicar que a política não foi suficiente para impulsionar o setor frente a concorrentes globais, ou que outros fatores (ex: barreiras comerciais, preços internacionais, câmbio) comprometeram o desempenho.	Disponível

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparab ilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
23	Valor total exportado pelos beneficiados no programa								Não disponível
24	Variação na participação percentual do Brasil no Mercado mundial de commodities agrícolas	ComexStat (MDIC) – Dados de exportações por setor e produto MAPA – Classificação e agregação de exportações do agronegócio Exportações agropecuárias mundiais: UN Comtrade Database (ONU) FAOSTAT (FAO) – para produtos agropecuários OMC – para dados agregados por setor	Dados abertos/ Disponíveis	Anual	Positiva	Temporal regional setorial	Participação do Brasil = (Exportação agro do Brasil/Exportação agro Mundial) x 100 Variação percentual = ((Ano t -Ano Base) /Ano Base) x 100	Aumento da participação: sugere ganho de competitividade e possível resposta positiva à política de desoneração. Estagnação ou queda: pode indicar que a política não foi suficiente para impulsionar o setor frente a concorrentes globais, ou que outros fatores (ex: barreiras comerciais, preços internacionais, câmbio) comprometeram o desempenho.	Disponível

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparab ilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
25	-	UN Comtrade Database (ONU) – principal fonte para rankings de exportação global. OMC (Organização Mundial do Comércio) – fornece rankings agregados e por setor. OCDE / USDA – rankings específicos por commodity (soja, carne, milho, etc).	Dados abertos/ Disponíveis	Anual	Positiva	Temporal regional setorial	Consultar os ranks existentes	Melhora na posição (queda numérica): pode indicar aumento da competitividade e maior sucesso das exportações brasileiras. Estagnação ou queda de posição (aumento numérico): pode sugerir perda de dinamismo frente a concorrentes, ainda que as exportações cresçam em termos absolutos.	Disponível

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
26	Crescimento da renda líquida média dos produtores rurais	Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE): renda domiciliar rural.	Dados abertos/ Disponíveis	Anual	Positiva	Temporal regional setorial		Crescimento da renda líquida: pode indicar melhora nas condições econômicas e maior retorno à atividade rural, possivelmente associado a políticas de desoneração ou estímulo.	Disponível
		Censo Agropecuário (IBGE): renda de estabelecimentos rurais, por estrato.					Renda Líquida Média = $\frac{((\text{Receita bruta} - \text{custos operacionais} - \text{tributos}) / \text{número de produtores}) \times 100}{100}$	Queda da renda líquida: pode sugerir aumento de custos, perda de competitividade ou efeitos adversos das políticas públicas.	
		Pesquisa da Agricultura Familiar (IBGE/EMATER): renda familiar para contextos regionais.					Variação percentual = $\frac{((\text{Ano } t - \text{Ano Base}) / \text{Ano Base}) \times 100}{100}$	Deve-se controlar efeitos externos como inflação e clima (deflator: IPCA ou IGP-DI)	
		Projeto Balcão da Agricultura Familiar (MAPA/MDA): microdados rurais.							
27	Percentual de produtores beneficiados que aumentaram seus investimentos em infraestrutura ou tecnologia	RAIS/ME e DADOS DO E-SOCIAL: produtores formalizados.							

Continuação

ID	Nome Modificado	Fonte de Dados	Acesso aos Dados	Apuração	Polaridade	Comparabilidade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Situação de Disponibilidade dos Dados
28	Variação no superávit comercial agropecuário brasileiro	ComexStat (MDIC) – base oficial de dados de comércio exterior brasileiro, com detalhamento por setor e produto.	Dados abertos/ Disponíveis	Anual ou mensal	Positiva	Temporal regional setorial	$\text{Superávit} = \text{Exportação} - \text{Importação}$ $\text{Variação percentual} = ((\text{Ano } t - \text{Ano Base}) / \text{Ano Base}) \times 100$	Aumento do superávit: pode sugerir maior eficiência produtiva, ganhos de competitividade, ou impacto positivo de políticas de estímulo à exportação. Redução do superávit ou déficit: pode indicar aumento das importações, queda na demanda externa, problemas de produtividade, ou efeitos adversos da política adotada.	Disponível
29	Percentual da contribuição do programa para o aumento do superavit comercial								
30	Investimento do setor agropecuário exportador	IBGE – Sistema de Contas Nacionais / Matriz Insumo-Produto (para FBCF do setor agropecuário) IPEA Data (séries de FBCF por setor) SECEX / ComexStat (percentual da produção voltada à exportação)	Dados abertos/ Disponíveis	Anual ou mensal	Positiva	Temporal regional setorial	$\text{Indicador} = \sum \text{FBCF} \times \text{percentual de produção exportada}$	Aumento do indicador pode sugerir: confiança no mercado externo; reinvestimento de lucros estimulados por isenções; efeito de políticas de incentivo. Queda pode indicar desestímulo, riscos percebidos ou retração no setor exportador.	Disponível

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de relatório preliminar da Avaliação CMAP.



EVEX

enap